

Pensar o Big Data: anotações para uma abordagem simbólico-política*Maísa Martorano Suarez Pardo¹***Resumo**

O presente artigo explora algumas questões que emergem sob o novo regime de governança instituído pelas relações tecnológicas nesse início de século XXI. A partir de uma reconstrução do passado recente tecnológico da indústria de dados, propõe uma abordagem que investiga elementos simbólicos na ruptura de antigos e criação de novos contextos políticos. Na revisão bibliográfica feita das pesquisas recentes sobre o tema, assinala alguns pontos de comunicação entre o contexto atual e o mito do Leviatã na obra de Thomas Hobbes, com a intenção de estabelecer pontos de reconhecimento que auxiliem no estudo das relações político-econômicas na Era Digital.

Palavras-chave: Big Data; Filosofia Política; Leviatã; Tecnopolítica; Hobbes, Thomas; Stiegler, Bernard.

THINKING BIG DATA: NOTES FOR A POLITICAL-SYMBOLICAL APPROACH**Abstract**

This paper explores some questions that emerge under the new governance regime imposed by technological relations in the beginning of the 21st century. From a reconstruction of the recent technological past of the trace industry, proposes an approach that investigates the symbolical elements in the rupture of old and creation of new political contexts. In reviewing the most recent works published on the topic, points out spots of communication between the present context and the myth of Leviathan in the work of Thomas Hobbes, aiming to establish recognition points that can help further develop research of political and economical relations in the Digital Age.

Keywords: Big Data; Filosofia Política; Leviatã; Technopolitics; Hobbes, Thomas; Stiegler, Bernard.

Conforme surgia no horizonte a sociedade da informação, mais e mais dados sobre cada indivíduo singular passaram a ser armazenados. Esse foi um processo lento, começando com registros bancários, de transações financeiras e coleta de dados dos trabalhadores em escritórios computadorizados a partir dos anos 1970. A partir dos anos

¹ Pós-Doutorado em desenvolvimento junto ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Doutora em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

2000, o processo que resultou no que hoje chamamos de Big Data se acelerou. A Web 2.0 nos trouxe o Google, o Facebook e as redes sociais em geral, assim como surgiram os notebooks, tablets e smartphones. Isso possibilitou uma dinâmica usuário-máquina que resultaria num acúmulo de dados e informações acerca dos indivíduos sem precedente na história. Passou a ser possível rastrear todas as pessoas, o tempo todo. Mais ainda, foi possível treinar algoritmos a partir da interação das pessoas com as máquinas que, aos poucos, passaram a ficar viciadas nos estímulos de dopamina liberados no processo².

Embora a coleta de dados seja uma prática antiga da Internet, a partir da Web 2.0 e da Internet das coisas (IoT), a quantidade de dados tornou-se tão volumosa, complexa, rápida e variada que o seu processamento não era mais possível por métodos tradicionais. Nasceu, então, a Ciência dos Dados e foram desenvolvidos novos métodos computacionais e testes para organizar esses dados para os mais diversos fins: desenvolvimento de soluções nas mais diversas áreas, pesquisa de opinião, design de produtos, publicidade, marketing e estratégias políticas. Assim, os dados são utilizados para promover ideias, produtos, comportamentos, serviços; mas também são utilizados na formulação de algoritmos que constituem inteligências artificiais. Esse processo resultou na chamada web 3.0, na Internet Inteligente, que não apenas oferece acesso a informações e serviços, e não apenas permite aos indivíduos acesso à criação de conteúdo e divulgação de ideias. Ela também qualifica, ordena e restringe as informações e serviços, moldando o mundo de acordo com o perfil desenhado pela interação do próprio indivíduo com a rede através daqueles mesmos algoritmos e inteligências artificiais.

Esse processo constante de coleta de dados, que ao mesmo tempo *molda* o mundo, e que constitui o Big Data, levanta diversas questões éticas e sobre o futuro do trabalho, da política e da democracia. É exatamente sobre esse *moldar* que se debruçam muitas pesquisas contemporâneas, voltadas a compreender o fenômeno e suas consequências para a sociedade. Por exemplo, em seus estudos recentes sobre *Capitalismo de Vigilância*, Shoshana Zuboff sugere que o atual estado de coisas tenha gerado um novo poder: um *poder instrumentário*, que “conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros” (ZUBOFF, 2020, 19). No Brasil, um grupo de pesquisas do

2 MUJICA, Alejandro L., CROWELL, CHARLES, R., VILLANO, Michael A., UDDIN, Khutb. “ADDICTION BY DESIGN: Some Dimensions and Challenges of Excessive Social Media Use” in *Medical Research Archives*, vol. 10, issue 2 from European Society of Medicine February 2022. Também SEO, H. S., JEONG E_K., CHOI S., KWON Y., PARK H-J., KIM, I. Changes of Neurotransmitters in Youth with Internet and Smartphone Addiction: A Comparison with Healthy Controls and Changes after Cognitive Behavioral Therapy in *American Journal of Neuroradiology* Jul 2020, 41 (7) 1293-1301; DOI: 10.3174/ajnr.A6632

LabLivre da UFABC, composto por Joyce Souza, Rodolfo Avelino e Sérgio Amadeu, investiga o caso a partir do conceito deleuziano de *modulação* e da ideia de *sociedade de controle*, e propõe que:

Nas sociedade de controle, conectadas por tecnologias cibernéticas, principalmente pelas redes digitais, emergiram plataformas de relacionamento online como intermediárias de uma série de interesses, afetos e desejos das pessoas. A modulação pode ser apresentada como uma das principais operações que ocorrem nestas plataformas. Modular comportamentos e opiniões é conduzi-los conforme os caminhos oferecidos pelos dispositivos algorítmicos que gerenciam os interesses de influenciadores e influenciados. (AVELINO et al., 2018, 9)

Ainda, o italiano Giuliano da Empoli fala sobre como os *engenheiros do caos* estão “em vias de reinventar uma propaganda adaptada à era dos *selfies* e das redes sociais, e, como consequência, transformar a própria natureza do jogo democráticos” (EMPOLI, 2019, 20). Alguns trabalhos³ propõem estudar a questão sob o termo *engenharia social* que está ao mesmo tempo associado a uma necessidade dos capitalistas industriais do final do século XIX, às técnicas de marketing e propaganda desenvolvidas ao longo do século XX, e ao trabalho dos hackers para invadir sistemas, clonar identidades, etc.

Essa incerteza prática e teórica na relação com o *Big Data* sugere que estamos diante de um fenômeno ainda incompreendido, de algo *sem precedentes*, e, portanto, irreconhecível. É o que aponta Zuboff (2020, 24), quando, para exemplificá-lo, alude a dois episódios distintos da história: o lançamento do primeiro automóvel e o encontro dos conquistadores espanhóis com os povos nativos das Américas. No primeiro caso, a autora lembra a expressão “carruagem sem cavalos”, à qual se recorria para descrever o novo objeto; no segundo, relembra como os nativos, sem poder reconhecer as dimensões do que se passava, identificaram os conquistadores como deuses e os receberam como tais. Diante do ineditismo da corrente situação surgem diferentes recursos à linguagem metafórica. Em *Os Engenheiros do Caos* (2019), Giuliano da Empoli recorre ao simbolismo do Carnaval como “expressão de um sentimento profundo e impossível de se deter”, como “festa que o povo oferece a si mesmo”. Ele aponta para a frágil fronteira entre o lúdico e o político, o potencial subversivo e disruptivo da festa popular, com intuito de compreender a presente reviravolta global e ascensão de determinadas figuras no âmbito político: “...o Carnaval deixou, por fim, sua praça preferida, às margens da

3 PARDO, Maísa M. S. Democracia Hackeada: hacking, legitimidade e opinião pública. In Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 16, n. 30, p. 141-176, 2020

consciência do homem moderno, para adquirir uma centralidade inédita, posicionando-se como o novo paradigma da vida política global” (EMPOLI, 2019, 13).

Por sua vez, Zuboff denuncia que os “imperativos econômicos exclusivos do capitalismo de vigilância são os mestres de fantoches ocultos por trás da cortina e que orientam as máquinas e as convocam à ação” (ZUBOFF, 2020, 28). Ela vai além da imagem do fantoche e seu mestre e traz uma descrição que pode soar muito familiar: “Esses imperativos, ..., são como os tendões do corpo que não podem ser vistos numa radiografia, mas são os verdadeiros responsáveis por unir músculo e osso” (2020, 28). O recurso à alegoria do corpo humano para descrever arranjos políticos, jurídicos econômicos e sociais é certamente recorrente na história do pensamento, e é notoriamente empregado por Hobbes na descrição de seu Homem Artificial em sua reconstrução do mito bíblico do Leviatã para apresentar o Estado Moderno:

... pela arte é criado aquele grande Leviatã a que se chama Estado, ou Cidade (em latim *Civitas*), que não é senão um homem artificial... E no qual a soberania é uma alma artificial, pois dá vida e movimento ao corpo inteiro; os outros magistrados e outros funcionários judiciais ou executivos, juntas artificiais; a recompensa e o castigo ... são os nervos... (HOBBS, 1973, 9)

Ainda mais rica para nós, na contemporaneidade, é sua inspiração nos autômatos como possuidores de uma “vida artificial” criada pelo homem: “pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo artífice” (HOBBS, 1973,9). A experiência com os autômatos estimulou diversas interpretações mecanicistas da vida e da sociedade, especialmente a partir do século XVII. Essa motivação foi seguida de uma reformulação de perguntas acerca das relações entre corpo e alma; natural e artificial; criador e criatura. Há um marcante paralelo a ser explorado agora que falamos não apenas em uma “vida artificial”, capaz de se mover e executar simples operações, mas numa “vida artificial inteligente”, capaz de aprender sozinha e reorganizar a inteira existência humana.

Uma aproximação entre o fenômeno insurgente do meio tecnológico e o mito do Leviatã já foi iniciada pelo filósofo francês Bernard Stiegler na obra *La société automatisée - vol. 1 L'avenir du travail* (2015), especificamente no quinto capítulo intitulado “Dans le Léviathan électronique en fait et em droit”. Nele, o autor mobiliza as pesquisas de Thomas Berns e Antonoiette Rouvroy, que por sua vez problematizam a governabilidade algorítmica a partir dos conceitos de disparidade e individuação tal qual formulados por Gilbert Simondon (2020). O autor parte da ideia que, nas sociedades

contemporâneas, a “destruição da significação pelo sistema técnico digital resulta do poder tecnológico empregado pela governabilidade algorítmica do capitalismo 24/7, e é fundado na eliminação do processo de disparidade”. (STIEGLER, 2015, 418). Para Stiegler, a “tridimensionalidade produzida pela disparação na qual o processo de transindividuação sempre consiste é reduzida a duas dimensões pela governabilidade algorítmica. Nesse sentido, nivela a individuação coletiva e a psíquica, (de-)formando pessoas que vêm a si próprias apenas como perfis – como Ciclopes...” (STIEGLER, 2015, 427). O autor revela um elo indissociável entre um *novo* tipo de capitalismo (de exploração e reticulação de dados a nível global, funcionando ininterruptamente, todas as horas do dia, todos os dias do ano) e formas de controle e organização social insurgentes que não se limitam a governar as relações nos moldes constituídos pela teoria moderna do Estado de Direito. A governança algorítmica dirige-se a controlar, organizar e governar as próprias manifestações psíquicas dos indivíduos, tanto a nível pessoal quanto a nível social. O impacto de tais práticas e a extensão de seu emprego em nosso dia a dia não foram ainda apreciados.

A simbologia do mar como limite entre o humano e o desconhecido pode ressoar bem na era digital, em que navegamos pelo mar de dados e informações sem necessariamente reconhecer seus perigos ou compreender a natureza das técnicas envolvidas. Ela certamente está presente na obra de Hobbes, quer na imagem que ilustra a obra, na qual o Leviatã surge no horizonte em sobreposição à cidade, e como seu limite; mas também no contexto histórico no qual a obra está inserida, de grandes navegações e das constantes guerras entre Inglaterra e Holanda, Espanha e Portugal. De fato, muitos marcos do pensamento e da organização política moderna são diretamente influenciados pelo contexto das navegações, das quais emerge não apenas uma nova classe política e econômica que constituirá o Estado Moderno, mas a própria noção de *contrato social* como mecanismo de consentimento e legitimação da sua autoridade. Agora, passamos por uma nova reconfiguração das relações políticas e sociais, em uma nova era de grandes navegações, na qual somos inundados por contratos e termos de serviço de aplicativos e plataformas, aos quais consente-se sem entender. Como no tempo das grandes navegações, somos seduzidos a entregar nossas vidas, terras e riquezas em troca de objetos brilhantes e falsas promessas de pertencimento. Mais uma vez, desconhecemos quem são, de onde vêm e a quem respondem esses estranhos invasores. As grandes corporações de tecnologia (*BigTech*) são como um novo tipo de Cia das Índias, forçando

limites, escravizando, inventado formas de legitimação conforme a necessidade e a capacidade de imposição.

Assim, a força simbólica e imagética do Leviatã, e sua incidência e recorrência no pensamento político, parece surgir como poderoso instrumento no processo de *objetificação* da experiência social no Big Data e para compreensão da constituição de novas autoridades e seus processos legitimatórios. As possibilidades de aproximação e análise partem de uma consideração simbólica, mas a extrapolam na medida em que é possível traçar instigantes paralelos do ponto de vista da organização política, jurídica e social. Além disso, um importante elemento crítico surge da perspectiva colonial a partir da ideia de *contrato*, uma ideia presente também na alusão feita por Zuboff (2020) na tentativa de compreender o ineditismo da presente situação, tal como exposto anteriormente. Nessa chave interpretativa, podemos pensar como a destruição do tecido social em curso em diversos países pode dar espaço a uma reorganização de valores éticos e, conseqüentemente, a uma reconfiguração da própria noção de autoridade e das suas condições de legitimação.

Como no passado houve um deslocamento da lealdade a Deus e à coroa para a lealdade à bandeira e à nação, também agora assistimos à ruptura da lealdade às instituições estabelecidas nos últimos séculos e reconhecidas como *Modernas*. Onde repousará a nova lealdade civil, e como se constituirá a nova aliança capaz de reestabelecê-la permanece ainda um mistério em revelação, um *apokálypsis* (ἀποκάλυψις). A essa altura, talvez tal qual os nossos antepassados ameríndios, não notamos mais que um fluxo diferente das águas e correntezas. Mas as evidências da emergência desse novo estado de coisas estão por toda parte: na lenta transição social para um modelo de administração da vida pública inteiramente mediado pelas empresas de tecnologia, nas sugestões escondidas em artigos de opinião que alçam as Big Techs à condição de superpoder global ao qual se submete inclusive a própria ONU, na completa mudança do sistema financeiro e de criação de valores e, como consequência, na transformação das formas de geração de trabalho e renda.

Embora frequentemente pensemos no Ocidente e nas grandes empresas do Vale do Silício ao usar termos como Big Data e Big Tech, é importante notar que essas práticas não se restringem às empresas sediadas e originárias dos EUA; tampouco sabemos com certeza qual a natureza da relação dessas empresas com as agências de segurança, defesa e espionagem estatal e/ou governamental. Países como a China ou a Rússia são notórios pelo investimento e treinamento em inteligência e segurança digital, não apenas no que

se refere à espionagem política e ao *cyberwarfare*, mas especialmente na relação com a espionagem industrial e empresarial. No que diz respeito ao *cyberwarfare*, a situação é ainda mais confusa, uma vez que diversos países utilizam tecnologias desenvolvidas em outras nações, um caso notável recente é do *spyware Pegasus* desenvolvido por uma empresa israelense e utilizado para espionar adversários políticos, militantes, etc. Em fevereiro de 2020, uma reportagem do jornal estadunidense The Washington Post revelou que a CIA usava uma empresa de criptografia de fachada para espionar os aliados e adversários dos EUA. Sediada na Suíça, a AG Crypto ganhou impulso ao fechar contrato para construção de máquinas de codificação para as tropas dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Vendendo contratos até hoje, a empresa atende mais de 120 países e já teve como clientes países como o “Irã, juntas militares da América Latina, rivais pela energia nuclear como Índia e Paquistão, e até mesmo o Vaticano”⁴. Claramente, seria um eufemismo afirmar que a questão das fronteiras nacionais e de segredo de Estado está comprometida, o cerne da questão parece mesmo estar deslocado e até mesmo desconhecido.

No setor financeiro, embora à primeira vista a ideia das criptoemoedas e do bitcoin possa parecer algo dispensável, passageiro e fadado ao fracasso, é preciso manter algumas questões práticas em mente. Em primeiro lugar, desde a época em que Lula era presidente do Brasil e que se consolidou a formação do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o bloco econômico vem buscando formas de desvincular o comércio internacional do dólar⁵, primeiramente entre os membros do bloco e países em desenvolvimento auxiliados pelo banco instituído através dele. Enquanto alguns Estados-Nação se apressam para instituir seus próprios ativos digitais nas redes e no universo do capitalismo tecnocrata das grandes corporações criam-se ativos digitais da própria imaginação e capacidade de “*persuasão*”; dentre os criptoativos estão *tokens*, *NFTs*⁶ – e

4 <https://www.washingtonpost.com/graphics/2020/world/national-security/cia-crypto-encryption-machines-espionage/>

5 STUENKEL, Oliver. *BRICS e o futuro da ordem global*. Paz&Terra, 2017. Além disso, Mello, G.M.C., Nakatani, P., Wong, E. (2022). Dollar Hegemony Under Challenge and the Rise of Central Bank Digital Currencies (CBDC): A New Form of World Money?. In: Mello, G.M.d.C., Braga, H.P. (eds) *Wealth and Poverty in Contemporary Brazilian Capitalism*. Marx, Engels, and Marxisms. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-82298-9_6

6 DOWLING, Michael. “Fertile LAND: Prancing non-fungible tokens” in *Finance Research Letters*, Volume 44, 2022, 102096. Além disso: Borri, Nicola and Liu, Yukun and Tsyvinski, Aleh and Tsyvinski, Aleh, *The Economics of Non-Fungible Tokens* (March 7, 2022). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4052045> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4052045>

mais uma miríade de possibilidades, que combinadas a técnicas de marketing e ciência de dados tornam-se uma poderosa arma de realocação de riquezas nas mãos de pessoas entendidas. Até mesmo a consciência ambiental tem sido recentemente terceirizada aos algoritmos financeiros, numa relação entre a *digitalização de territórios* e o mercado de carbono⁷.

Se um dia nos ajoelhamos perante Deus, depois diante da Coroa, e demos a vida por símbolos abstratos feitos para honrar linhas imaginárias em pedaços de papel; se, também nos expusemos a condições de trabalho e moradia insalubres em troca de um “\$”, e se nações submeteram-se à soberania do dólar no comércio internacional: parece agora que estamos diante de uma troca de símbolos, como se um novo tipo de *bezerro de ouro* fosse exposto diante de nós para veneração, um estranho monólito entorno do qual nos debatemos numa mistura de curiosidade, medo e atração. A razão pela qual a abordagem aqui proposta considera aspectos simbólicos e políticos em sua análise está fundamentada na ideia de que a legitimação da autoridade passa necessariamente por um processo de construção simbólico-valorativa. Ou seja, quando consideramos a destruição e reconstrução de novos mundos e fronteiras na história da humanidade, e quando avaliamos o processo do surgimento e instituição de uma nova autoridade política, jurídica (por vezes social e espiritual, econômica), há sempre um elemento de produção de novos valores comuns que encontram expressão em lemas, hinos, figuras, símbolos, e toda sorte de criação artística humana – sejam essas orgânicas e espontâneas, ou manipuladas e dirigidas. Nessa chave interpretativa, podemos observar como a destruição do tecido social em curso atinge símbolos, correntes de pensamento, mitos e verdades construídas no passado, numa disputa travada diariamente em diversas esferas e que se manifesta nas redes sociais, e nas de notícias e debates acadêmicos. De igual modo, novas figuras parecem emergir. Assim, ao investigar a era digital desde a perspectiva simbólica, é possível explorar outros mitos, lendas e heróis que a ambientam e compreender de maneira mais ampla o imaginário do presente político e caótico que atravessamos, para além da figura do Leviatã.

Nesses mares de bits navegáveis, existem novos piratas, agentes complexos e paradoxais no imaginário social: os *Heróis da Revolução Computacional* são Hackers – incompreendidos, ativos e formuladores da ética operante no *Espírito da Era da*

7 <https://www.poder360.com.br/economia/entenda-o-que-e-o-mercado-de-carbono-um-dos-principais-assuntos-da-cop26/>

*Informação*⁸. Quando pensamos em hackers, é quase imediata a relação que fazemos com a ilegalidade e a criminalidade, mas o termo hacker é um campo de disputas há décadas, no qual procuram-se distinguir as práticas (isto é, o hacking) e os objetivos desses atores. *Ethical hackers, criminal hackers, hackers, hacktivist, crackers, carders, bankers, white hats, gray hats* e *black hats* são os diversos termos que surgiram, ao longo das últimas décadas, dentro da própria comunidade hacker, para diferenciar os indivíduos que a compunham de acordo com as atividades por eles desempenhadas. De modo simplificado, basta mantermos em mente que um hacker é qualquer pessoa que execute um hacking, e que “o hacking pretende liberar os recursos da lógica institucional na qual estão congelados, para redistribuí-los em configurações alternativas para novos fins” (ZUBOFF, 2015, 85). De modo geral, o termo *hacking* se refere a encontrar soluções para os problemas ou situações com que nos deparamos, com ferramentas, técnicas ou materiais que temos à disposição, e, muitas vezes, envolve a utilização de objetos ou sistemas que, em sua origem, tinham uma finalidade diversa daquela empregada através do hacking. Muito significativo é pensarmos que os primeiros *hackers* mencionados na obra de Steven Levy, *Os heróis da revolução computacional*, hoje são bilionários cujas fortunas superam a de muitas nações, como por exemplo Bill Gates, e Jeff Bezos – e cujos investimentos em tecnologia vão muito além de apetrechos para se comunicar em casa ou carregar no bolso, e envolvem a indústria farmacêutica, bancária, entretenimento, pesquisa acadêmica em geral, etc.

A pirataria e a simbologia dos piratas é uma das mais interessantes para aproximar também a obra de Hobbes da contemporaneidade, uma vez que a disputa e o roubo de riquezas e propriedades são muito característicos dos dois períodos. Assim como a Holanda usou a Cia. Das Índias para piratear frotas e terras conquistadas por Inglaterra, Espanha e Portugal, posteriormente institucionalizadas e legitimadas com a ajuda de Hugo Grócio (1583 – 1645), também os grandes bilionários do Vale do Silício começaram como piratas.⁹ Mesmo que pensemos nos hackers e piratas hoje como aqueles que fazem atividades menores e ilegais, ou distribuem cópias proibidas de softwares e filmes, ou repropõem o debate acerca da propriedade intelectual, resta claro que a imagem aventureira e por vezes infantil esconde uma questão muito mais profunda e complexa.

8 Referências aqui feitas são, respectivamente, à obra de Steven Levy e de Pekka Himmanem.

9 São inúmeras as histórias de roubo de propriedade entre os “pioneiros” da tecnologia como Steve Jobs, Jeff Bezos, Steve Wozniack, Bill Gates, etc. Além da obra de Steven Levy, vale a pena conferir entrevistas dos próprios envolvidos, e produções culturais como o filme *Piratas do Vale do Silício*, de 1999.

De fato, o tema do pirata e da pirataria remonta a questões elementares sobre o reconhecimento da autoridade, da imposição das leis, da subordinação e obediência.

Outras alegorias e mitos podem nos auxiliar a compreender o atual ambiente cultural, social e político. Nesse novo tempo, Ciborgues e Robôs povoam as imaginações e repropõem o debate sobre uma *natureza humana*, sobre a extensão humano-máquina, a superação de gêneros, o trans humanismo, a inteligência e a realidade aumentada – *o metaverso*. A seguinte passagem extraída do *Manifesto Ciborgue*, um capítulo da obra *Simans, Cyborgs and Women: The reinvention of nature* da filósofa e bióloga Donna Haraway, demonstra essas questões:

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura da realidade social e também uma criatura da ficção. A realidade social é formada por relações sociais vividas, nossa construção política mais importante, uma ficção em constante transformação. Os movimentos internacionais de mulheres construíram a 'experiência das mulheres', bem como descobriram ou redescobriram esse objeto coletivo crucial. Essa experiência é uma ficção e um fato do tipo político mais crucial. (...) O ciborgue é uma criatura em um mundo pós-gênero; não tem relação com a bissexualidade, simbiose pré-edipiana, trabalho não alienado ou outras seduções para a totalidade orgânica por meio de uma apropriação final de todos os poderes das partes em uma unidade superior. Em certo sentido, o ciborgue não tem história de origem no sentido ocidental - uma ironia "final", já que o ciborgue também é o terrível telos apocalíptico das dominações crescentes do "Ocidente" de individuação abstrata, um eu final finalmente desamarrado de toda dependência, um homem no espaço. (HARAWAY, 1989,151)

A passagem revela ainda outras nuances daquela perspectiva apontada anteriormente, e que fundamenta a abordagem da presente proposta, segundo a qual a constituição da realidade política e social, bem como sua legitimação passa por uma construção *ficcional* de símbolos e representação de valores – e, especificamente no caso do texto citado, de lutas por direitos civis. Essa aproximação ao simbólico e imaginário, a partir da relação entre mito e sociedade, pode ser um importante passo para compreensão da nossa *sociedade em redes*, e como realidade e virtualidade estão entranhadas em sua estrutura, a partir de conceitos como *real*, *virtual*, *potência* e *atualidade*. Além disso, investigação do trabalho de Bernard Stiegler e dos conceitos de disparidade e individuação podem contribuir para avançar e aprofundar o entendimento do novo Leviatã. As figuras e simbologias do ciborgue e do robô, além de permitirem repensar questões relativas à ideia de *natureza humana* como apontado, e de ordem epistemológica em geral, também se inserem no debate acerca das relações entre vigilância, segurança, poder e controle. Há uma instigante intersecção a ser explorada

entre o autômato, a ideia de “governança algorítmica” e seu modelo de implementação no Ocidente e no Oriente¹⁰.

No regime das tecnopolíticas de vigilância, o panóptico de Bentham, e sua crítica em Foucault, também podem ajudar a compreender esse novo mecanismo operante na nova fronteira do poder, “enquanto máquina de dissociar o par ver-ser visto”, que tudo vê, “sem nunca ser visto” (FOUCAULT, 2004, 191), como bem aponta Stiegler (2015, 432). Essa ideia de um observador que tudo vê foi consagrada por George Orwell na imagem do Grande Irmão (*Big Brother*) em seu *1984* – uma metáfora para o regime soviético; e retomada por Shoshana Zuboff em seu artigo de 2011 intitulado, *O Grande Outro (Big Other)* – no qual já define alguns termos do *capitalismo de vigilância*. Ela é certamente cabível no presente, não apenas para pensar nossa relação com o Capitalismo de Vigilância, mas a relação desse com o Estado e nossa com o Estado, ou seja, é necessário compreender as formas de submissão, poder e imposição entre os indivíduos, o *Grande Irmão* e o *Grande Outro*:

Como resultado da mediação computacional generalizada, quase todos os aspectos do mundo são reproduzidos em uma nova dimensão simbólica à medida que eventos, objetos, processos e pessoas se tornam visíveis, conhecíveis e compartilháveis de uma nova maneira. O mundo renasce como dados e o texto eletrônico é universal em escala e escopo. Há um momento atrás, ainda parecia razoável concentrar nossas preocupações nos desafios de um local de trabalho da informação ou de uma sociedade da informação. Agora, as questões duradouras de autoridade e poder devem ser dirigidas ao quadro mais amplo possível que é melhor definido como "civilização" ou mais especificamente - civilização da informação. Quem aprende com os fluxos de dados globais, o quê e como? Quem decide? O que acontece quando a autoridade falha? Que lógica de acumulação moldará as respostas a essas perguntas? O reconhecimento de sua escala civilizacional confere a essas questões uma nova força e urgência. Suas respostas moldarão o caráter da civilização da informação no século seguinte, assim como a lógica do capitalismo industrial e seus sucessores moldaram o caráter da civilização industrial nos últimos dois séculos. (ZUBOFF, 2015, p.77)

Assim como no mito hobbesiano de fundação do Estado Moderno, em que os homens abandonam um suposto *estado de natureza* para adentrar o recém criado *estado civil*, também agora parecemos abandonar esse *estado civil, territorial e material*

10 Duas questões emergem: algoritmos de gestão financeira e a questão do crédito social e como se manifesta nas diferentes culturas. Sobre a primeira, talvez hoje a situação seja ainda mais grave do que aquela que levou à crise explorada por Stiegler; impressiona o caso da BlackRock, maior gestora de ativos do mundo, e de sua inteligência artificial, Aladdin. Ulrich Marzolph, “Aladdin Almighty: Middle Eastern Magic in the Service of Western Consumer Culture”. *Journal of American Folklore* 1 January 2019; 132 (525): 275–290. doi: <https://doi.org/10.5406/jamerfolk.132.525.0275>. Sobre a segunda, apesar da imagem distópica e totalitária que emerge do sistema de crédito social da China, cabe investigar se as formas de ranqueamento estabelecidas no ocidente diferem desse e em que medida. Cfr. artigos: Wong KLX, Dobson AS. *We're just data: Exploring China's social credit system in relation to digital platform ratings cultures in Westernised democracies*. *Global Media and China*. 2019;4(2):220-232.

enquanto renascemos nessa nova *civilização digital* como seres *transhumanos* – seres digitais ou digitáveis, ou cuja existência depende em alguma extensão da mediação através da máquina. Encontramo-nos numa estranha situação e relação com nós mesmos, nossas capacidades de pensar, reagir e almejar. De acordo com Stiegler:

Se o nosso “dublê estatístico parece demasiado distante de nós”, é porque a indústria dos dados, como produção e exploração automatizada de rastros, nos desposuí da possibilidade de *interpretar* nossas retenções e proteções – tanto psíquica quanto coletivamente. Para mudar esse estado de fato e abrir a possibilidade de um novo estado de direito, devemos inventar uma organologia baseada na potencialidade contida no sistema técnico digital. Ainda que atualmente esse sistema se apresente como um indivíduo técnico gigante, um Leviatã digital exercendo seus poderes sobre toda a terra e acelerando o poder de uma oligarquia decadente, inculta e autodestrutiva.... O Leviatã contemporâneo é global, e é o resultado da rastreabilidade reticular e interativa do capitalismo 24/7. (STIEGLER, 2015, 441)

Esse novo Leviatã parece se impor de maneira muito insidiosa e ainda não inteiramente conhecida. A nova reconfiguração de fronteiras atinge não apenas os limites políticos, jurídicos e territoriais dos Estados-Nação, ou as relações sociais, econômicas e de trabalho – mas a própria imaginação humana e a capacidade coletiva de criação de realidades e formas de existência. Dessas condições, impõem-se a necessidade de repensar as relações e estruturas que sustentam a sociedade a partir desse novo evento tecnológico e, de igual modo, reatribuir à tecnologia um papel social no processo de reformulação e reafirmação das instituições que governam e organizam a sociedade.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: O Novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ASIMOV, Isaac. *Eu, Robô*. São Paulo: Editara Aleph, 2014.

AVELINO, Rodrigo; AMADEU, Sérgio; SOUZA, Joyce (org.). *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo. Hedra, 2018.

BÍBLIA Sagrada: [...] por João Ferreira de Almeida. Rev. e corr. no Brasil. Ed. de 1995. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

CAMARGO-VEGA, Juan J.; CAMARGO-ORTGA, Jonathan F.; JOYANES-AGUILAR, Luis *Conociendo Big Data* Facultad de Ingeniería, vol. 24, núm. 38, enero-junio, 2015, pp. 63-77 Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia Tunja, Colombia

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. Martins fontes, São Paulo, 1994.

_____. *The Myth of the State*. New Haven: Yale Univeristy Press, 1946.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

EMPOLI, Giuliano da Empoli. *Os engenheiros do caos*. Trad.: Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígios, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

GALLOWAY, Alexander. *Protocol: How control exists after decentralization*. Cambridge: MIT Press, 2004.

HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. Londre, Routledge, 1990.

HIMANEN, Pekka. *A ética dos hackers e o espírito da era da informação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1973

LEVY, Steven. *Hackers: Heroes of the Computer Revolution*. Nova Iorque: Anchor Press/Doubleday, 1984.

MATIAS, Eduardo F. P. *A Humanidade e suas Fronteiras: Do Estado soberano à sociedade global*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

PARDO, Ensaios Filosóficos, Volume XXVI - Dezembro/2022

Schermann, M., Hemsén, H., Buchmüller, C. et al. Big Data. *Bus Inf Syst Eng* 6, 261–266 (2014). <https://doi.org/10.1007/s12599-014-0345-1>

SIMONDON, G. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SKINNER, Q. *From humanism to hobbes: studies in Rhetoric and Politics*. Londres, 2018.

STIEGLER, B. *La société automatique*. Librairie Arthème Fayard, 2015.

WONG K. L. X., DOBSON A. S. “We’re just data: Exploring China’s social credit system in relation to digital platform ratings cultures in Westernised democracies”. *Global Media and China*. 2019;4(2):220-232

ZUBOFF, S. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. *Journal of Information Technology*, Londres, n. 30, p. 75 – 89, 2015.

_____. *In The Age of The Smart Machine*. New York: Basic Books Inc., 1988.

_____. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Trad.: George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.